

VIDAS TRANSNACIONAIS: CULTURA, VULNERABILIDADE E CUIDADOS ALÉM-FRONTEIRAS

Emília Araújo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Mieke Schrooten

Odisee University of Applied Sciences, Bruxelas, Bélgica/University of Antwerp, Antuérpia, Bélgica

Carlos Barros

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal/Instituto Politécnico da Lusofonia, Lisboa, Portugal

1. VESTÍGIOS QUOTIDIANOS DA VIDA TRANSNACIONAL

As vidas contemporâneas são cada vez mais transnacionais? Quais são os contornos fenomenológicos dessa experiência? De que modo podemos compreender os modos de viver que transbordam das fronteiras de um único espaço, de uma única temporalidade e de lugares fixos de pertença? Estas questões orientam o presente número temático da *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, dedicado à análise das vidas transnacionais e das formas culturais através das quais são vividas e representadas, das suas vulnerabilidades e das condições em que se desenrolam, além-fronteiras.

A partir de Garfinkel (1967), poder-se-ia dizer que a transnacionalidade não se torna visível, em primeiro lugar, no plano da teoria abstrata, mas nas texturas subtis e frequentemente menos visíveis da interação quotidiana. A atenção a pequenas conversas do quotidiano é muitas vezes suficiente para perceber como pessoas e famílias deixam vestígios das suas vidas nos territórios por onde passam. Estes vestígios emergem em fragmentos: em referências a outros, em histórias de partida e de regresso, em deveres, ausências e expectativas que se prolongam para além do presente imediato. Em muitos casos, revelam formas de continuidade relacional que estão para além da proximidade territorial e desafiam pressupostos segundo os quais a família e, mormente o cuidado e a pertença dependeriam, sobretudo, da copresença física (Bryceson & Vuorela, 2002).

Esses mesmos vestígios tornam-se particularmente visíveis quando os espaços e os tempos da mobilidade são moldados por expectativas de melhoria da vida social e económica, bem como do bem-estar psicológico, relacional e simbólico. Neste sentido, a mobilidade nunca se reduz ao movimento; implica a reorganização de projetos de vida em múltiplos domínios. À nossa volta, em bares, ginásios, transportes públicos, salas de aula, cabeleireiros e outros espaços ordinários que estruturam a vida quotidiana, ouvimos repetidamente histórias de ligações deixadas, construídas, reconstruídas e mantidas entre geografias distintas. Estas histórias desenrolam-se em contextos que são estruturados por diferentes enquadramentos jurídicos e administrativos, mesmo quando falamos de territórios frequentemente percecionados como “integrados”, como a União Europeia.

A experiência quotidiana lembra-nos continuamente que esses enquadramentos não eliminam a distância, nem garantem coerência entre sistemas de regulação. Os processos migratórios implicam, cada vez mais, a reorganização de arranjos relacionais, emocionais e de cuidado que envolvem tanto quem se desloca como quem permanece no país de origem (Barros et al., 2024; Bryceson, 2019). Há sempre alguém noutro lugar: um amigo deixado para trás, um familiar recordado ou evocado em conversa, um parente que necessita de assistência ou de cuidado. Muitas pessoas viajam de um lado para o outro entre cidades, regiões e países, dando e recebendo aquilo que apenas familiares, determinados parentes ou amigos podem proporcionar, e que a distância só parcialmente consegue acomodar. Uma pessoa abandona o trabalho de doutoramento e o emprego em Portugal para cuidar da mãe no Brasil; outra mantém um apartamento arrendado em França enquanto regressa a Portugal para acompanhar a mãe idosa a consultas médicas; muitas famílias portuguesas deslocam-se repetidamente entre Portugal, França, Suíça, Reino Unido ou Luxemburgo para cuidar dos netos; enquanto outras procuram assegurar esse cuidado à distância, através da comunicação digital, improvisando soluções simultaneamente necessárias e insuficientes. Tais arranjos correspondem ao que tem sido conceptualizado como circulação do cuidado nas famílias transnacionais, nas quais obrigações, apoio e trabalho emocional são negociados assimetricamente à distância e ao longo do tempo (Baldassar & Merla, 2014; Baldassar et al., 2016).

Nas viagens de avião e de autocarro, as pessoas não transportam apenas a si próprias, mas também objetos de continuidade — alimentos, roupas, pequenos presentes e artefactos quotidianos que materializam relações à distância. Estes objetos circulam entre quem permanece em Portugal e quem vive noutros lugares, funcionando como extensões materiais do cuidado, da memória e da pertença. Com eles circulam também tristezas, expectativas, afetos e saudades, por vezes mediados por mensagens de WhatsApp, notas de voz e videochamadas. A comunicação digital permite a imediatez, mas não substitui as experiências sensoriais e afetivas da presença física. Em vez disso, possibilita formas de copresença mediada através das quais as relações são sustentadas, negociadas e emocionalmente reforçadas à distância (Bacigalupe & Parker, 2011; Barros, 2023). As fotografias, frequentemente acompanhadas por emojis, comunicam aquilo que de outro modo é difícil exprimir. Há relatos recorrentes de irmãos separados por restrições de visto, de documentos à espera de apostilha e de uma negociação constante de exigências burocráticas. As conversas oscilam entre o quotidiano e o urgente: a vida, o estado do tempo, os preços, os rituais, a estética, a moda, a saúde e as dificuldades de familiares, amigos e conhecidos. Estes acontecimentos desenrolam-se ao longo do tempo e estruturam-se em torno de momentos-chave, como casamentos, batizados e funerais, que se tornam raras oportunidades de copresença física.

2. A TRANSNACIONALIDADE COMO CONDIÇÃO DE VIVER ENTRE LUGARES

A leitura da modernidade proposta por Appadurai (1996), através dos conceitos de paisagens sobrepostas — *ethnoscapes*, *technoscapes*, *financescapes*, *mediascapes* e *ideoscapes* — permite-nos entender a transnacionalidade como um processo contínuo de devir, marcado pela fluidez da experiência social. Ou seja, a transnacionalidade é

perspetivada enquanto configuração dinâmica entre movimentos, fluxos e ligações que estruturam a vida contemporânea, muito para além de territórios rigidamente delimitados. Esta abordagem à transnacionalidade convida-nos a compreender as vidas transnacionais não simplesmente como vidas que atravessam o espaço, mas como vidas que se reconfiguram pela interação constante entre mobilidade espacial, comunicação mediada, circulação de bens materiais, afetos e representações sociais e simbólicas. Frisamos, portanto, que a transnacionalidade é principalmente uma condição que organiza a experiência social de forma mais ampla, constituída por formas simultâneas de vinculação, circulação e participação em diferentes campos sociais (Levitt & Glick Schiller, 2004; Vertovec, 2009). Manifesta-se no modo como as pessoas navegam por diferentes ordens normativas, enquadramentos institucionais e expectativas culturais, muitas vezes em simultâneo, enquanto sustentam laços relacionais, emocionais e práticos através das fronteiras (Baldassar & Merla, 2014; Bryceson & Vuorela, 2002).

As vidas transnacionais implicam, portanto, a experiência de viver entre o lá e o cá, entre o antes e o depois, entre a memória e o sonho, entre a pertença e a alienação. Este “estar no entre” espaços e tempos é constitutivo do modo como as pessoas experienciam identificação, continuidade e rutura. Configura orientações em relação ao passado, ao presente e ao futuro, e informa a forma como as pessoas negociam questões de identidade, responsabilidade, cuidado e pertença. Neste sentido, a vida familiar transnacional envolve cada vez mais não apenas a mobilidade em si, mas também a reorganização contínua das relações emocionais, intergeracionais e de cuidado entre quem se desloca e quem permanece (Barros et al., 2024; Bryceson, 2019).

Destes processos emergem disposições ideológicas e afetivas particulares, aquilo que poderia ser descrito como um modo de ser transnacional, algo nem estável nem uniforme, mas continuamente reconfigurado por experiências mutáveis de mobilidade, deslocação, vinculação e reconhecimento. Valores, práticas e expectativas sobrepõem-se em camadas e são, por vezes, contraditórios, refletindo os múltiplos contextos em que se formam. As práticas culturais e artísticas, em particular, transportam frequentemente essas camadas, exprimindo os entrelaçamentos da memória, do deslocamento, da saudade e, por vezes, do ressentimento.

Vista a partir de uma perspetiva culturalista, esta definição de transnacionalidade aproxima a vida migrante de uma vida entre parênteses (Gonçalves & Gonçalves, 1991), em trânsito e marcada pela instabilidade. Todavia, embora valiosa, tal interpretação não deve obscurecer a medida em que estas vidas são estruturadas por relações de poder e de desigualdade. A transnacionalidade está profundamente inscrita em regimes jurídicos, políticas migratórias, hierarquias económicas, desigualdades históricas e classificações culturais que moldam as possibilidades de movimento, fixação, reconhecimento e participação. A capacidade de se deslocar, permanecer, regressar ou cuidar através das fronteiras é distribuída de forma desigual, em função da cidadania, da classe, do género, da raça e da posição geopolítica (Schrooten et al., 2016a). Isto significa que as vidas transnacionais não são experienciadas uniformemente como fluidas ou libertadoras; para muitas pessoas, são marcadas por constrangimento, incerteza, assimetria relacional e acesso desigual a recursos e reconhecimento (Barros, 2026; Liversage, 2025).

3. A VULNERABILIDADE COMO PROCESSO RELACIONAL E ESTRUTURAL

É precisamente nesta interseção entre movimento e constrangimento que a vulnerabilidade se torna uma preocupação analítica central. Quer dizer, a vulnerabilidade não equivale a um défice individual, uma falta de resiliência ou uma incapacidade de lidar com a adversidade. Em contextos marcados pela migração, pelo envelhecimento, pela transformação tecnológica e pela reorganização do cuidado, a vulnerabilidade é relacionalmente produzida e estruturalmente situada. Experiências de incerteza ou fragilidade surgem da interação entre desigualdades sociais, relações familiares, arranjos institucionais e acesso a recursos simbólicos e materiais. Mais do que resultar de insuficiências pessoais, a vulnerabilidade está associada a constelações historicamente situadas de condições estruturais, fragmentação institucional, acesso desigual aos direitos e formas diferenciadas de reconhecimento (Farmer, 2004; Quesada et al., 2011). Por outras palavras, a vulnerabilidade é produzida contextualmente através da interseção de posições sociais, arranjos institucionais e sistemas de governação (Collins & Bilge, 2020; Crenshaw, 1991; Gorovitz, 1994). Estas interações desenrolam-se em diferentes contextos, desde as relações íntimas até às estruturas sociopolíticas mais amplas.

A partir de uma perspetiva ecológica, podemos argumentar que as experiências de risco e de proteção dependem de múltiplos níveis — interpessoal, comunitário, institucional e societal —, cada um deles modelando oportunidades de participação, reconhecimento e pertença (Bronfenbrenner, 1979, 2005; Walsh, 2016). Como salientámos, em contextos transnacionais, contudo, estas dinâmicas raramente se desenrolam num único território. Pelo contrário, as relações familiares, as obrigações e os sistemas de cuidado distribuem-se através de fronteiras e são sustentados por formas de mobilidade, reciprocidade, comunicação e presença mediada (Baldassar & Merla, 2014; Baykara-Krumme & Fokkema, 2019; Bryceson & Vuorela, 2002).

Neste sentido, a vulnerabilidade dá-se a revelar também através da qualidade das relações, do acesso a redes de apoio e da disponibilidade de recursos mediacionais que facilitam a participação e a inclusão social (Barros, 2026; Schrooten et al., 2016b). Esta compreensão relacional da vulnerabilidade ajuda a explicar por que razão as vidas transnacionais constituem fenómenos de pertinência investigativa. Tornam visível o modo como sistemas de valores, regimes jurídicos, hierarquias económicas e representações culturais procuram fixar em categorias estáticas vidas que, na prática, se constituem através de formas de fragmentação espacial e temporal. Ao mesmo tempo, as relações familiares transnacionais são frequentemente organizadas por expectativas de reciprocidade, interdependência e cuidado que alimentam as relações de pertença e também geram tensões, ambivalência e encargos desiguais de responsabilidade entre gerações e lugares (Bengtson & Roberts, 1991; Lowenstein, 2007).

Tal como outras dimensões sociais, a cultura é um território de mediação, disputa simbólica e produção de sentido. Neste número temático, a cultura é abordada como uma força mediadora através da qual as experiências transnacionais são expressas, interpretadas e negociadas. As produções culturais — literárias, visuais, performativas ou digitais — refletem a vida transnacional; condicionam o modo como esta é experienciada, interpretada e comunicada. Fornecem linguagens, imagens e narrativas através das quais

experiências de deslocamento, pertença, vulnerabilidade e aspiração podem ganhar sentido, visibilidade e reconhecimento (Hall, 1990).

4. AS VIDAS TRANSNACIONAIS COMO FORMA DE VIDA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Este número procura mostrar que a transnacionalidade constitui uma das formas dominantes pelas quais a vida contemporânea é organizada e experienciada. Embora esta condição ainda não seja plenamente reconhecida, nem em termos jurídicos, nem nos enquadramentos institucionais, nem de forma consistente no discurso social ou político, ela emerge continuamente nas experiências que compõem a vida quotidiana. Manifesta-se na experiência de pertença, simultânea e desigual, a múltiplos territórios; em memórias que ligam indivíduos a outros espaços e tempos; na circulação de artefactos, objetos e elementos culturais a longas distâncias; e nos fluxos de cuidado, obrigação, expectativa e responsabilidade que acompanham essas circulações. Vista sob esta luz, a transnacionalidade é uma condição espacial, mas também um constructo teórico que traduz as experiências contemporâneas de vida relacionalmente distribuídas, temporalmente estratificadas e institucionalmente fragmentadas (Levitt & Glick Schiller, 2004; Vertovec, 2009), forjadas mesmo no interior de enquadramentos que continuam a pressupor uma coincidência entre território, relações sociais e pertença institucional. Importa compreender melhor a natureza destas dinâmicas através do espaço e do tempo, que alimentam as práticas de reciprocidade, cuidado e interdependência que frequentemente se prolongam para além da copresença e da continuidade territorial. A vida familiar, os sistemas de apoio e as obrigações morais são reorganizados à distância, exigindo, muitas vezes, uma coordenação contínua entre quem se desloca e quem permanece, ao mesmo tempo que se adaptam a diferentes contextos jurídicos, institucionais e culturais (Baldassar & Merla, 2014; Bengtson & Roberts, 1991; Bryceson, 2019; Bryceson & Vuorela, 2002; Lowenstein, 2007).

5. CUIDADO, FAMÍLIA E A SUA RECONFIGURAÇÃO À DISTÂNCIA

Estas dinâmicas tornam-se particularmente visíveis — e conceptualmente pertinentes — nas relações familiares distribuídas através de fronteiras. Aqueles que emigram podem experienciar isolamento, incerteza ou precariedade, frequentemente associados à perda de redes de apoio próximas e às exigências de navegar por contextos institucionais desconhecidos. Ao mesmo tempo, quem permanece pode enfrentar solidão, reorganização de rotinas e incerteza quanto a futuros arranjos de cuidado. A vulnerabilidade não está, portanto, apenas na pessoa que se desloca, nem pode ser reduzida a uma situação de vida singular. Pelo contrário, circula através de relações, gerações, territórios e contextos institucionais. É produzida pela reconfiguração do cuidado, da obrigação e da pertença que a migração implica. A investigação sobre famílias transnacionais tem mostrado que a migração reorganiza sistemas de cuidado, responsabilidade e pertença entre aqueles que partem e aqueles que ficam (Baldassar & Merla, 2014; Bryceson, 2019; Bryceson & Vuorela, 2002; Haagsman et al., 2026). Tais dinâmicas envolvem frequentemente a redistribuição do trabalho emocional, das expectativas de cuidado e das responsabilidades práticas entre

gerações, exigindo muitas vezes que os membros da família negociem o cuidado através de combinações de mobilidade, regresso temporário, comunicação digital e reciprocidade diferida (Baykara-Krumme & Fokkema, 2019; Lowenstein, 2007). Em contextos marcados pelo envelhecimento e pela separação geográfica, o cuidado depende cada vez mais de formas mediadas de coordenação que desafiam pressupostos convencionais sobre proximidade, presença e responsabilidade familiar (Guerra & Barros, 2025).

Contudo, estes processos, além de serem estruturais, são também profundamente afetivos e morais, envolvendo expectativas, negociações e, por vezes, tensões sustentadas à distância. Os laços familiares são frequentemente organizados por solidariedades que combinam proximidade emocional, apoio prático, expectativas normativas e ambivalência, exigindo uma negociação contínua entre diferentes realidades temporais, geográficas e institucionais (Bengtson & Roberts, 1991; Lowenstein, 2007). A circulação do cuidado nas famílias transnacionais não elimina, portanto, a vulnerabilidade; redistribui a vulnerabilidade de modo desigual entre membros da família, gerações e fases do ciclo de vida, criando simultaneamente possibilidades de continuidade, apoio e resiliência (Baldassar & Merla, 2014).

A perspectiva desenvolvida neste número temático é conceptual e empírica, bem como epistemológica e metodológica. É conceptual na medida em que procura contribuir para uma abordagem capaz de compreender modos contemporâneos de viver entre lugares, não como um desvio à norma, mas como algo cada vez mais constitutivo dela. É epistemológica na medida em que visa tornar inteligível uma realidade que permanece apenas parcialmente visível nos enquadramentos institucionais e analíticos dominantes, os quais continuam a privilegiar compreensões territorialmente delimitadas da vida social. É também metodológica, porque as contribuições aqui reunidas colocam, implícita ou explicitamente, a questão de saber como estudar uma condição que é simultaneamente espacial, temporal, relacional e mediada. As abordagens tradicionais assentes em lugares delimitados, temporalidades lineares ou unidades singulares de análise são frequentemente insuficientes para captar a complexidade das vidas transnacionais. Em vez disso, os artigos deste número temático mobilizam um conjunto de recursos metodológicos — incluindo fotografia, literatura, autobiografia, etnografia, jogos digitais, plataformas audiovisuais e investigação multissituada sobre educação e migração — para apreender dimensões da experiência frequentemente negligenciadas ou simplificadas no discurso institucional. Através destas abordagens, as contribuições envolvem-se com formas de experiência que permanecem difíceis de articular em categorias formais: hesitação, culpa, medo, saudade, feridas simbólicas, cuidado frágil, exaustão aspiracional, dependência infraestrutural, ressonância histórica e o desafio contínuo de pertencer a mais do que um mundo.

6. A ORGANIZAÇÃO TEMPORAL DA VIDA TRANSNACIONAL

Nestas trocas transnacionais e relacionais, o próprio tempo torna-se um recurso, uma forma de obrigação e um meio de relacionalidade. O tempo é dado através do cuidado, da presença e da atenção; espera-se que seja retribuído, redistribui-se ao longo das fases da vida e é reinterpretado em diferentes contextos culturais e institucionais. Estas trocas temporais podem sustentar relações, mas também geram tensões que nem sempre

se alinham com a organização da vida nos países onde se encontram diferentes membros da família. Neste sentido, constituem uma fonte de dilemas individuais, geracionais e familiares, bem como um lugar onde a vulnerabilidade é simultaneamente produzida e negociada. O tempo, neste sentido, não é meramente duração cronológica, mas um recurso relacional e moral, combinando frequentemente afeto, obrigação, voluntariedade e reciprocidade diferida de modos que ressoam com compreensões mais amplas da troca e da interdependência social. Tal abordagem aos mecanismos de apoio familiar e de reciprocidade acaba por demonstrar os limites dos sistemas jurídicos nacionais no reconhecimento e na acomodação da natureza dinâmica e temporalmente complexa das relações transnacionais. As instituições tendem a pressupor copresença e estabilidade, enquanto as famílias transnacionais dependem da circulação, da mediação, da memória e de formas diferidas de reciprocidade (Baldassar & Merla, 2014).

Essa assunção levanta uma questão fundamental: como experienciam as famílias o ser família, quando a coabitação deixa de ser a norma e quando a continuidade depende da mobilidade, da comunicação digital, da memória e de formas de reciprocidade diferida ou negociada? Esta questão convida-nos a reconsiderar pressupostos dados como adquiridos sobre proximidade, cuidado, obrigação e pertença, e a pensar mais afinadamente sobre a forma como estes são reconfigurados a distância. A transnacionalidade deve, portanto, ser entendida como uma condição dinâmica e processual que se desenrola através das suas próprias temporalidades. É através destas temporalidades desiguais e sobrepostas que a vida transnacional se torna simultaneamente possível e difícil, contínua e frágil.

As contribuições reunidas neste número temático oferecem múltiplos pontos de análise acerca desta dimensão temporal. Mostram que, nas trocas que sustentam a vida transnacional, não circulam apenas recursos materiais, mas também o próprio tempo entre indivíduos e através de gerações. O tempo, neste sentido, não pode ser reduzido à duração cronológica. É dado, recebido, adiado, negociado e, em alguns casos, devolvido. Funciona como um meio relacional através do qual cuidado, obrigação, pertença e expectativa são encenados, muitas vezes ao longo das fases da vida e sob condições assimétricas de reciprocidade (Bengtson & Roberts, 1991; Lowenstein, 2007). As vidas transnacionais são, assim, frequentemente vividas em múltiplos regimes temporais. O tempo do Estado, o tempo da família, o tempo digital, o tempo do trabalho, o tempo da memória, o tempo geracional e o tempo corporal não apenas coexistem, como frequentemente se sobrepõem, interferem e entram em conflito entre si. Em contextos transnacionais, estão raramente alinhados de modo estável ou previsível. Pelo contrário, intersectam-se de forma desigual, gerando tensões, interrupções, atrasos, acelerações e dissonância temporal constitutivas do modo como a vida é experienciada entre lugares.

A vulnerabilidade acaba por surgir precisamente nestes pontos de tensão. Quando os regimes temporais não se conseguem conciliar, as consequências são profundamente afetivas, relacionais e políticas. Um período de visto pode ser mais curto do que o tempo necessário para prestar cuidado. Uma fronteira pode atrasar ou suspender um futuro. Uma mensagem pode chegar demasiado tarde para responder a uma necessidade urgente. Uma criança pode crescer enquanto um avô ou uma avó permanece ausente. Uma memória pode regressar antes de estarem reunidas as condições sociais para o seu reconhecimento. A pluralidade temporal é uma condição vivida, experienciada

através de ruturas, atrasos, acelerações, desencontros e sincronizações incertas. É nestas fricções que a vulnerabilidade é produzida, não simplesmente como exposição ao risco, mas como condição relacional moldada pela dependência, pelo reconhecimento, pela obrigação e pela mediação. As pessoas são vulneráveis porque estão vinculadas a outras, cuidam e são cuidadas, dependem de instituições e herdaram histórias e expectativas. Dependem, também, das temporalidades que as atravessam. A vulnerabilidade é, assim, inseparável da organização temporal da vida social. Em contextos transnacionais, a própria presença deve ser, aliás, reconsiderada em termos temporais. A presença é frequentemente episódica, mediada, imaginada, simbólica, recordada, performada e arquivada. Um avô ou uma avó pode estar presente através de uma videochamada ou de uma mensagem no WeChat. Uma pessoa refugiada pode estar presente através da comunicação dentro de um jogo digital. Um passado migrante pode ser reativado através de uma canção, de uma fotografia ou de uma narrativa. A violência histórica pode permanecer presente através dos conteúdos que circulam.

A tarefa de análise, então, não é opor presença e ausência, mas examinar os diferentes graus, formas e intensidades de presença que emergem através de divisões temporais e espaciais. A transnacionalidade faz-se por meio destas formas mediadas. É vivida através da representação, da comunicação, da memória e de práticas que criam pontes sobre a distância, gerando frequentemente formas de copresença mediada que sustentam a continuidade apesar da fragmentação (Nedelcu, 2017). Objetos culturais como imagens, romances, autobiografias, performances, vídeos, plataformas e jogos não se limitam a ilustrar a vida transnacional. Alteram a forma como esta se torna articulável e reconhecível. Estes “objetos culturais” são lugares onde vulnerabilidade, temporalidade e pertença são ativamente produzidas. É assim que, em contextos transnacionais, a solidariedade familiar, a copresença digital e o acesso a redes de apoio podem funcionar como recursos que permitem aos indivíduos experienciar a fragmentação e a mobilidade, mesmo quando estas condições permanecem estruturalmente inscritas (Baldassar & Merla, 2014; Nedelcu, 2017).

7. CONTRIBUTOS DO NÚMERO TEMÁTICO: VIDAS TRANSNACIONAIS E CONTEXTOS CULTURAIS

Neste número, apresentamos oito contributos que dialogam com as preocupações analíticas anteriormente delineadas, de formas diferentes, mas complementares. Em vez de abordarem a transnacionalidade a partir de um único ângulo disciplinar ou metodológico, estes artigos exploram coletivamente a interseção entre cultura, política e experiência vivida, mostrando como as configurações transnacionais são articuladas através de práticas quotidianas, representações mediadas e estruturas institucionais. Estas experiências desenrolam-se através da memória e de futuros imaginados, e estão enraizadas em histórias que continuam a moldar formas contemporâneas de vida. Como tal, as contribuições aqui reunidas cruzam-se com os conceitos de transnacionalidade, vulnerabilidade e cuidado, ao mesmo tempo que abordam o papel da temporalidade nestes diferentes domínios, enquanto algo dado, negociado, diferido e devolvido através de relações e contextos. Tomados em conjunto, estes contributos podem ser lidos através de vários pontos de entrada analíticos.

Cátia Ferreira, em “Vidas (Des)conectadas: Intimidade Mediatizada e Vulnerabilidade Transnacional em *Bury Me, My Love*”, examina o jogo digital *Bury Me, My Love* como espaço de representação da migração forçada, da intimidade mediatizada e da vulnerabilidade transnacional. Através de análise ludonarrativa, de conteúdos criados por jogadores e de avaliações multilingues de utilizadores, o artigo mostra como o jogo transforma deslocamento, distância, cuidado e incerteza numa experiência interativa, abrindo um espaço de empatia, reflexão ética e envolvimento crítico.

O contributo de Jiayin Li-Gottwald, “Laços Duradouros, Tensão Filial e Temporalidade em Famílias Transnacionais Sino-Alemãs”, centra-se nas dimensões relacionais e emocionais do cuidado em contextos familiares transnacionais. Explora o modo como obrigações filiais, trabalho emocional e expectativas intergeracionais são negociados à distância, mostrando que a separação espacial não diminui, mas frequentemente intensifica, sentimentos de responsabilidade, culpa e tensão moral.

O artigo de Denis Leandro Francisco e Gabriela Eufrazia Sousa Passos, “*Seul, São Paulo*: Tensões, Alterização e Representações Transculturais no Romance de Gabriel Mamani Magne”, volta-se para a análise literária a fim de examinar diálogos transculturais e processos de mobilidade. Ao explorar construções narrativas de migração e encontro, o contributo revela como a literatura pode captar as complexidades da identidade, da língua e da pertença em contextos transnacionais.

O artigo de Mario Luis Grangeia, “Entre a Alma Dividida e a Híbrida: Memórias de Miguel Torga e de Roberto Leal Sobre a Imigração no Brasil”, explora ainda o papel da memória e da representação na configuração das compreensões da migração. Ao analisar narrativas autobiográficas e culturais, o artigo examina como as experiências migratórias são reenquadradas ao longo do tempo, contribuindo para debates mais amplos sobre hibridismo, identidade e pertença. Levanta questões importantes sobre quem pode falar pela migração e em que condições tais representações se tornam reconhecidas ou legitimadas.

Rui Leitão e Daniel de Carvalho Lopes, em “Circo Transatlântico — Fluxos do Circo Entre Portugal e Brasil”, analisam a circulação histórica das práticas circenses entre Portugal e o Brasil. O seu contributo mostra como as formas culturais viajam, transformam-se e são incorporadas em novos contextos, mantendo ao mesmo tempo ligações a histórias e tradições partilhadas. Ao fazê-lo, ilustra como a transnacionalidade não é apenas um fenómeno contemporâneo, mas também um processo historicamente enraizado que continua a moldar o intercâmbio cultural e a memória.

Isabela Vieira Bertho, em “Fotografias em Diálogo: Migração na Fronteira México–EUA, Memória Visual e Iluminações do Passado”, centra-se na mediação visual da migração através da fotografia. O artigo analisa as fotografias de Mónica Lozano da fronteira entre México e Estados Unidos da América através da montagem visual, mostrando como as imagens podem criar diálogos entre passado e presente, ligando dinâmicas fronteiriças contemporâneas a processos históricos mais profundos sem apagar as diferenças temporais.

O contributo de Dalvacir Xavier de Oliveira Andrade, “Vidas Transnacionais em Plataforma: Criadores de Conteúdo Brasileiros no YouTube e Trabalho Digital em Portugal”, desloca o foco analítico para as infraestruturas digitais. Ao examinar o trabalho de criadores

de conteúdo imigrantes, o artigo propõe uma abordagem metodológica neomaterialista para compreender a comunicação em plataformas digitais. Sublinha como migração, visibilidade e infraestruturas de plataforma se entrelaçam, e como os ambientes digitais tanto possibilitam como constroem formas de participação e reconhecimento.

Por fim, o artigo de Andrea Szinay-Kis, “Infraestruturas em Involução da Aspiração: Migração Educativa Chinesa e a Procura de Educação Escolar de Elite no Reino Unido”, explora a mobilidade educativa transnacional a partir da perspectiva das aspirações e da organização institucional. Ao introduzir o conceito de “infraestruturas de aspiração”, a autora mostra como as trajetórias educativas são moldadas por investimentos temporais complexos, expectativas e incertezas. Embora tais infraestruturas criem oportunidades, podem também produzir exaustão, pressão e retornos decrescentes, evidenciando a natureza ambivalente da mobilidade transnacional nos contextos contemporâneos.

Tomados em conjunto, estes contributos mostram que as vidas transnacionais são produzidas e negociadas na interseção de dinâmicas relacionais, estruturas temporais, representações culturais e enquadramentos institucionais. Mostram também que a vulnerabilidade não é uma condição marginal ou excecional, mas uma dimensão constitutiva de viver entre lugares, emergindo das tensões e dos desalinhamentos que caracterizam estas configurações (Walsh, 2020).

Este número temático contribui para fazer avançar uma compreensão analítica da vida transnacional que ultrapassa abordagens estritamente espaciais e coloca em primeiro plano a interação entre cultura, vulnerabilidade, temporalidade, relacionalidade e poder. Convida os leitores a envolverem-se com a complexidade de vidas vividas entre lugares e a considerar como tais experiências desafiam e reconfiguram os enquadramentos conceptuais existentes. Esperamos que este número contribua também para os debates em curso nos estudos transnacionais, culturais e migratórios, e abra novas vias de investigação sobre vulnerabilidade, temporalidade e formas culturais de vida através das fronteiras.

Pós-edição de Tradução Automática: Emília Araújo, Mieke Schrooten & Carlos Barros

AGRADECIMENTOS

Esta publicação baseia-se no trabalho desenvolvido no âmbito da Ação COST CA21143 – *Transnational Family Dynamics in Europe*, apoiada pela COST – European Cooperation in Science and Technology.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do financiamento UID/00736/2025: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

REFERÊNCIAS

Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press.

- Bacigalupe, G., & Parker, A. G. (2011). Virtualizing intimacy: Information communication technologies and transnational families in therapy. *Family Process*, 50(1), 12–26. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2010.01343.x>
- Baldassar, L., & Merla, L. (2014). Introduction: Transnational family caregiving through the lens of circulation. In L. Baldassar & L. Merla (Eds.), *Transnational families, migration and the circulation of care: Understanding mobility and absence in family life* (pp. 3–24). Routledge.
- Baldassar, L., Nedelcu, M., Merla, L., & Wilding, R. (2016). ICT-based co-presence in transnational families and communities: Challenging the premise of face-to-face proximity in sustaining relationships. *Global Networks*, 16(2), 133–144. <https://doi.org/10.1111/glob.12108>
- Barros, C. (2023). Connection in transnational families. Face-to-face and digital spaces in Portuguese emigrants. *Trends in Psychology*, 33, 1314–1333. <https://doi.org/10.1007/s43076-023-00309-4>
- Barros, C. (2026). Beyond individual vulnerability: Recommendations for structurally informed intervention. *Behavioral Sciences*, 16(5), Artigo 751. <https://doi.org/10.3390/bs16050751>
- Barros, C., Hanenberg, P., & Santos, A. S. (2024). Reframing relational space: Migration from the perspective of those “who stay”. *Human Arenas*, 9, 716–729. <https://doi.org/10.1007/s42087-024-00403-8>
- Baykara-Krumme, H., & Fokkema, T. (2019). The impact of migration on intergenerational solidarity types. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 45(10), 1707–1727. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1485203>
- Bengtson, V. L., & Roberts, R. E. L. (1991). Intergenerational solidarity in aging families: An example of formal theory construction. *Journal of Marriage and the Family*, 53(4), 856–870. <https://doi.org/10.2307/352993>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv26071r6>
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Sage.
- Bryceson, D. F. (2019). Transnational families negotiating migration and care life cycles across nation-state borders. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 45(16), 3042–3064. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1547017>
- Bryceson, D., & Vuorela, U. (Eds.). (2002). *The transnational family: New European frontiers and global networks*. Berg.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). *Intersectionality* (2.^a ed.). Polity Press.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>
- Farmer, P. (2004). An anthropology of structural violence. *Current Anthropology*, 45(3), 305–325. <https://doi.org/10.1086/382250>
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Prentice-Hall.
- Gonçalves, A., & Gonçalves, C. (1991). Uma vida entre parêntesis: Tempos e ritmos dos emigrantes portugueses em Paris. *Cadernos do Noroeste*, 4(6–7), 147–158.
- Gorovitz, S. (1994). Reflections on the vulnerable. In Z. Bankowski & J. H. Bryant (Eds.), *Poverty, vulnerability and the value of human life* (pp. 203–206). Council for International Organizations of Medical Sciences.

- Guerra, I., & Barros, C. (2025). Care: New challenges arising from transnational dynamics. *Social Work Education*, 45(3), 691–703. <https://doi.org/10.1080/02615479.2025.2525992>
- Haagsman, K., Schrooten, M., Zabrodskaia, A., Dervishi, E., & Bäckström, B. (2026). Transnational family dynamics in and beyond contemporary Europe: Taking stock after twenty-five years of research. In M. Schrooten, K. Haagsman, A. Zabrodskaia, E. Dervishi, & B. Bäckström (Eds.), *Transnational family dynamics in and beyond contemporary Europe* [Manuscrito em preparação]. Palgrave Macmillan.
- Hall, S. (1990). Cultural identity and diaspora. In J. Rutherford (Ed.), *Identity: Community, culture, difference* (pp. 222–237). Lawrence & Wishart.
- Levitt, P., & Glick Schiller, N. (2004). Conceptualizing simultaneity: A transnational social field perspective on society. *International Migration Review*, 38(3), 1002–1039. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2004.tb00227.x>
- Liversage, A. (2025). Transnational barriers to national support – How power dynamics distance abused ethnic minority women from access to formal help. *European Journal of Social Work*, 28(5), 1027–1038. <https://doi.org/10.1080/13691457.2025.2504688>
- Lowenstein, A. (2007). Solidarity-conflict and ambivalence: Testing two conceptual frameworks and their impact on quality of life for older family members. *The Journals of Gerontology: Series B*, 62(2), S100–S107. <https://doi.org/10.1093/geronb/62.2.S100>
- Nedelcu, M. (2017). Transnational grandparenting in the digital age: Mediated co-presence and childcare in the case of Romanian migrants in Switzerland and Canada. *European Journal of Ageing*, 14, 375–383. <https://doi.org/10.1007/s10433-017-0436-1>
- Quesada, J., Hart, L. K., & Bourgois, P. (2011). Structural vulnerability and health: Latino migrant laborers in the United States. *Medical Anthropology*, 30(4), 339–362. <https://doi.org/10.1080/01459740.2011.576725>
- Schrooten, M., Salazar, N. B., & Dias, G. (2016a). Living in mobility: Trajectories of Brazilians in Belgium and the UK. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(7), 1199–1215. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2015.1089160>
- Schrooten, M., Withaecx, S., Geldof, D., & Lavent, M. (2016b). *Transmigration: Social work in a world of superdiversity*. Acco.
- Vertovec, S. (2009). *Transnationalism*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203927083>
- Walsh, F. (2016). Family resilience: A developmental systems framework. *European Journal of Developmental Psychology*, 13(3), 313–324. <https://doi.org/10.1080/17405629.2016.1154035>
- Walsh, F. (2020). Loss and resilience in the time of COVID-19: Meaning making, hope, and transcendence. *Family Process*, 59(3), 898–911. <https://doi.org/10.1111/famp.12588>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Emília Araújo é professora associada com agregação em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, onde leciona no Departamento de Sociologia. É doutorada em Sociologia pela Universidade do Minho. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, sendo também investigadora colaboradora do

Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, do ISEG Research in Economics and Management, da Universidade de Lisboa. Os seus interesses de investigação situam-se na interseção entre sociologia do tempo, género, cultura e estudos sociais da ciência e da tecnologia. Participou em diversos projetos e redes de investigação nacionais e internacionais, incluindo a Ação COST CA21143 – *Transnational Family Dynamics in Europe*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3600-3310>

Email: era@ics.uminho.pt

Morada: Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057, Braga, Portugal

Mieke Schrooten é professora associada de Serviço Social na Odisee University of Applied Sciences e na University of Antwerp. É licenciada em Serviço Social, mestre e doutorada em Antropologia Social e Cultural. A sua especialização centra-se na investigação em migração e serviço social, com particular enfoque no serviço social transnacional, na governação das migrações e no papel da sociedade civil na provisão de bem-estar. É membro da direção da European Social Work Research Association e presidente da Ação COST CA21143 – *Transnational Family Dynamics in Europe*, da qual emergiu este número temático.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6880-4492>

Email: mieke.schrooten@odisee.be

Morada: Odisee University of Applied Sciences, Warmoesberg 26, 1000, Brussels, Belgium

Carlos Barros é doutorado em Psicologia, com especialização em Psicologia Social, pela Universidade de Lisboa, e tem uma formação interdisciplinar nas ciências sociais e comportamentais. Concluiu uma bolsa de pós-doutoramento em Desenvolvimento Humano Integral (2022–2024) e, posteriormente, desenvolveu investigação pós-doutoral em Psicologia, Cognição e Ciências Sociais (2024–2025) na Universidade Católica Portuguesa. É atualmente professor convidado no Instituto Politécnico da Lusofonia e na Universidade Católica Portuguesa. Lecionou e desenvolveu investigação como investigador visitante em instituições internacionais. É representante português nos comités de gestão das Ações COST CA24150 – *Values in Turbulent Times: Navigating Social Changes and Challenges* (2025–2029) e CA21143 – *Transnational Family Dynamics in Europe* (2022–2026), onde é co-líder do grupo Health and Well-being.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5498-068X>

Email: cbarros@ucp.pt

Morada: Universidade Católica Portuguesa, Palma de Cima, 1649-023, Lisboa, Portugal



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.